

Resposta brasileira aos refugiados venezuelanos desabrigados - estudo de caso de um abrigo temporário em Boa Vista, Roraima

Brazilian response to homeless Venezuelan refugees - case study of a temporary shelter in Boa Vista, Roraima

Luana Toralles Carbonari, mestre, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Luanatcarbonari@gmail.com

Lisiane Ilha Librelotto, doutora, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Lisiane.librelotto@gmail.com

Resumo

Neste artigo é apresentado um estudo de caso, realizado em agosto de 2018, em um abrigo temporário instalado na cidade de Boa Vista, Roraima, para assistência aos refugiados venezuelanos indígenas. O objetivo do estudo é analisar aspectos gerais deste abrigo e avaliar suas características físico-espaciais e funcionais, principais serviços, instalações e infraestrutura, destacando seus aspectos mais relevantes e particularidades com relação aos outros abrigos instalados na cidade. A metodologia aplicada parte de análise bibliográfica e documental, identificando os principais conceitos e as categorias de análise que irão nortear o estudo de caso. Os resultados evidenciam a importância de um planejamento prévio de abrigos temporários, considerando situações de superlotação, em que seja necessário fornecer não apenas mais alojamentos, mas também expandir a infraestrutura e as instalações de apoio existentes no local. Por fim, destaca-se a necessidade de se considerarem os aspectos socioeconômicos e culturais no planejamento e projeto de abrigos temporários, considerando as necessidades específicas da população afetada.

Palavras-chave: Emergências; Refugiados venezuelanos; Desabrigados; Abrigo temporário

Abstract

This paper presents a case study, carried out in August 2018, in a temporary shelter installed in the city of Boa Vista, Roraima, to assist Venezuelan indigenous refugees. The objective of the study is to analyze general aspects of this shelter and evaluate its physical, spatial and functional characteristics, main services, facilities and infrastructure, highlighting its most relevant aspects and particularities in relation to the other shelters installed in the city. The applied methodology is based on bibliographic and documentary research, identifying the main concepts and categories of analysis that guided the case study. The results emphasize the importance of pre-planning temporary shelters, considering overcrowded situations, where it is necessary not only to provide more accommodation, but also to expand the infrastructure and support facilities on site. Finally, the need to consider socioeconomic and cultural aspects in the planning and design of temporary shelters is highlighted, considering the specific needs of the affected population.

Keywords: Emergencies; Venezuelan refugees; Homeless; Temporary shelter

1. Introdução

De acordo com Senne (2017), o tema da arquitetura humanitária surgiu a uns cem anos, como resposta às mais diversas crises e situações de emergência, e representa uma discussão essencial no contexto atual. Uma crise humanitária pode resultar tanto de desastres ocasionados por eventos humanos, tais como conflitos armados ou colapsos econômicos e políticos, como de eventos naturais, tais como secas, inundações, terremotos, dentre outras situações de emergência relacionadas ao clima. Segundo uma avaliação feita pelo Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (2019) das ONU, com base nas necessidades crescentes das pessoas atingidas por crises, no ano de 2020 cerca de 168 milhões de pessoas em todo o mundo precisarão de ajuda humanitária, principalmente decorrente de situações de emergência em que a população não tem acesso garantido à alimentação, à água, aos cuidados de saúde, à rede de serviços sociais, de proteção e ao abrigo.

Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR (2020), nas últimas décadas, os deslocamentos forçados atingiram níveis sem precedência e mais de 67 milhões de pessoas no mundo foram forçadas a deixar seus locais de origem. Entre elas estão, aproximadamente, 22 milhões de refugiados e 40 milhões de deslocados internos. Neste contexto, dá-se destaque para a crise econômica e a crescente violência na Venezuela, que resultaram em mais de 3,4 milhões de pessoas procurando refúgio em outros países desde 2014 (*INTERNATIONAL RESCUE COMMITTEE - IRC*, 2019). No Brasil, de acordo com Comitê Nacional para Refugiados - CONARE (2018), 17.865 venezuelanos solicitaram o reconhecimento da condição de refugiado em 2017. Estes imigrantes buscam abrigo principalmente no Estado de Roraima, que vive uma difícil situação de vulnerabilidade. Apesar da existência de diversos abrigos temporários para apoio aos refugiados, em todo o Estado, os abrigos estão lotados e muitas pessoas vivem nas ruas. A maioria chega pelo pequeno município de Pacaraima, com 16.000 habitantes e segue para a capital Boa Vista, que está a 212 quilômetros de distância de Pacaraima (MENDONÇA, 2018). Diante disso, observa-se a urgência de mais locais para serem utilizados como abrigos temporários e a disponibilidade de profissionais qualificados para organizá-los.

O direito ao abrigo está implícito na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em diversos documentos elaborados por organizações multilaterais como a ONU. Em 1996, na primeira conferência para abrigos, estabeleceu-se que o acesso a abrigo básico e contextualmente apropriado é uma necessidade humana essencial, sendo os padrões variáveis dependendo do contexto cultural, da situação, do clima e de outros fatores (SCHRAMM e THOMPSON, 1996). Segundo Gall (2004), os abrigos são de suma importância, pois servem ao duplo propósito de moradia temporária e de local para a distribuição de ajuda, devendo assegurar assistência básica aos desabrigados.

Neste artigo é analisada a resposta brasileira aos refugiados venezuelanos, com enfoque em um estudo de caso realizado em agosto de 2018 em um abrigo temporário localizado na cidade de Boa Vista – RR. Este local, denominado Pintolândia, foi estabelecido para abrigar os refugiados indígenas de etnia Warão e Eñepa. O objetivo deste estudo é analisar aspectos gerais deste abrigo e avaliar suas características físico-espaciais e funcionais, principais serviços, instalações, infraestrutura e alojamentos; destacando seus aspectos mais relevantes e suas particularidades no que diz respeito aos outros abrigos instalados na cidade.

2. Revisão de literatura

A base teórica deste estudo apresenta sinteticamente conceitos fundamentais sobre refugiados, provisão de abrigos temporários para cenários de emergência e os principais serviços, instalações e infraestrutura necessários para o seu funcionamento. Com isso, identificam-se categorias de análise para a realização do estudo de caso.

De acordo com o CONARE (2018) e o ACNUR (2020), os refugiados são pessoas que deixam o seu país de origem ou de residência habitual devido a emergências, como fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opinião política, como também devido a conflitos armados, violência generalizada e graves violações dos direitos humanos, e que não possam ou não queiram acolher-se na proteção de seu país. Em muitos casos encontram-se desassistidos e sem moradia no país de refúgio, sendo necessária a provisão de abrigos temporários.

Quarantelli (1995) define quatro etapas na provisão de abrigo e habitação para cenários de emergência. O abrigo de emergência, que tem curta duração, geralmente de algumas horas a um dia, e exige pouca infraestrutura e serviços. O abrigo temporário, com duração de dias a meses, que em muitos casos vai além do período emergencial e se estende por mais tempo, exigindo mais infraestrutura e serviços, porém, ainda sem se restabelecer a rotina diária. A habitação temporária, que se refere à retomada da rotina e das atividades diárias dos desabrigados e se estende por meses a anos. Por fim, a habitação permanente, referente ao retorno dos desabrigados para suas casas reconstruídas ou reparadas, ou o reassentamento / reintegração a outra localidade.

Neste estudo o enfoque está na provisão de abrigos temporários. No que diz respeito às opções deste tipo de abrigo, a SEDEC / RJ (2006) distingue dois tipos: abrigos temporários em instalações fixas ou móveis. O primeiro é constituído por edificações públicas ou privadas adaptadas para abrigar temporariamente a população. Alguns exemplos são escolas, ginásios, clubes, hotéis, quartéis, entre outros. O segundo (móveis) refere-se a alojamentos, como barracas, casas pré-fabricadas, etc. Estas unidades geralmente são locadas em áreas pré-determinadas, como campos de futebol, quadras poliesportivas sem cobertura fixa, descampados horizontais, entre outros. Por outro lado, grande parte da literatura internacional categoriza as diversas alternativas de abrigo temporário em seis tipos, apresentados na Figura 1 (CORSELLIS e VITALE, 2005, 2008 e 2010; WORLD BANK, 2010; SPHERE ASSOCIATION, 2018).

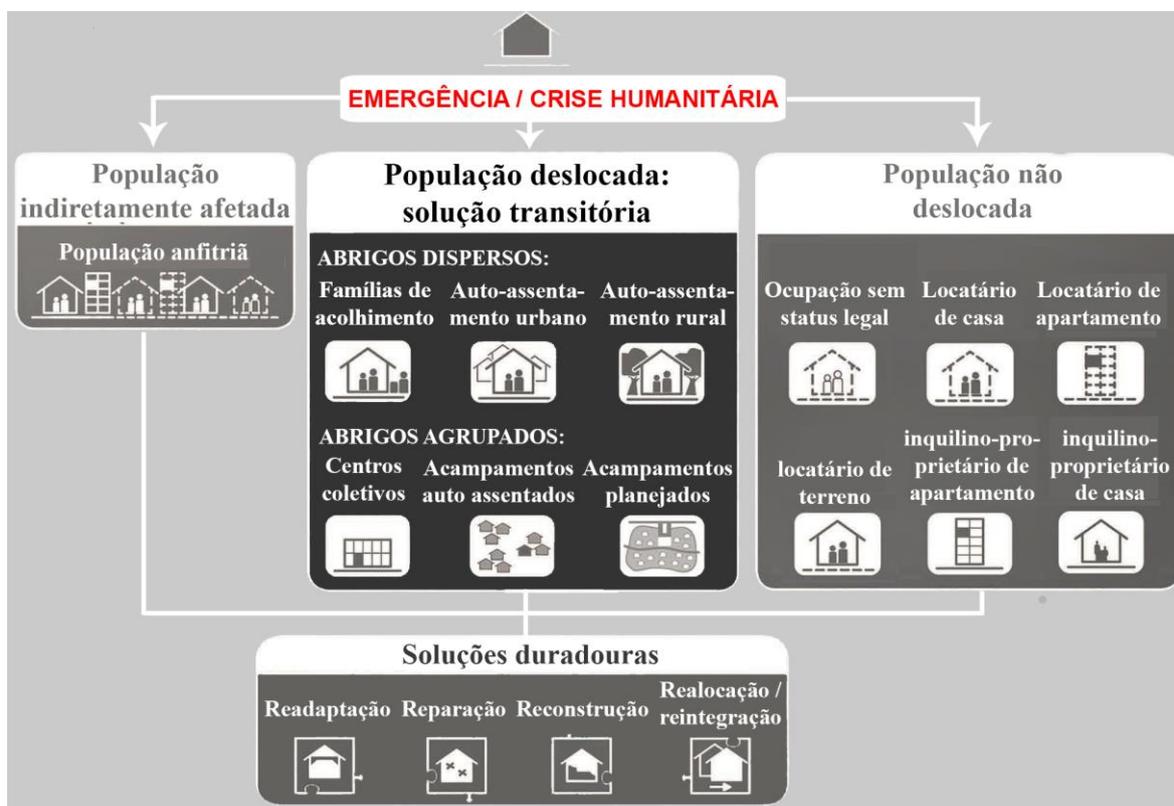


Figura 1 - Opções de abrigo temporário. Fonte: Adaptado de Corsellis e Vitale (2010)

Para que os abrigos temporários funcionem de maneira adequada são necessários diversos serviços e infraestruturas, que, no Brasil, estão detalhados no manual “Administração de Abrigos Temporários” (SEDEC / RJ, 2006), conforme ilustrado na Figura 2.

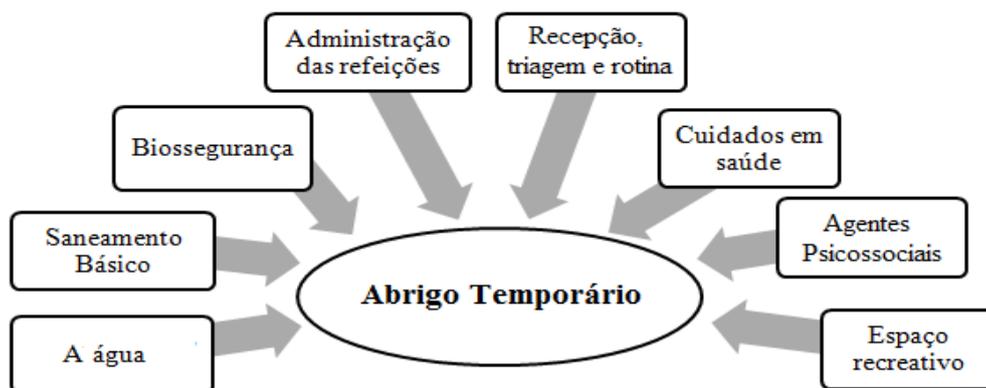


Figura 2 - Serviços e infraestruturas para abrigos temporários. Fonte: Carbonari e Librelotto (2017)

O Quadro 1 apresenta os critérios para instalação de abrigos temporários fixos e móveis e alguns indicadores mínimos para seu funcionamento (SEDEC / RJ, 2006).

		Área fixa	Área móvel
Critérios para instalação	Características físicas do abrigo	Tipo e característica da edificação: nº de pavimentos, compartimentação, nº de sanitários, reservatórios de água, etc.	Tipo de barraca e característica do terreno: topografia, proximidade com mananciais e reservatórios de água, etc
	Condições de higiene e limpeza	Lavanderias, escovódromos, secagem de roupas, chuveiros, etc.	Lavanderias, escovódromos, secagem de roupas, chuveiros, isolamento de insetos, animais peçonhentos, etc.
	Infraestruturas	Água, luz, banheiros, cozinha, dormitórios, áreas de recreação, etc.	
Indicadores mínimos	<ul style="list-style-type: none"> - Área coberta: 4 m² / pessoa - Barraca: 10 m² / família - Distância mín. entre barracas: 3 m - Cozinha: 15 m² / fogão industrial de 6 bocas, que atendam a até 250 pessoas - Refeitório: 1,5 m² / pessoa - Setor de triagem: 20 m² - Instalações sanitárias: 1 lavatório / 10 pessoas, 1 vaso sanitário / 20 pessoas e 1 chuveiro / 25 pessoas - Área de serviço: 1 tanque / 40 pessoas - Espaço recreativo: 1,5 m² / criança 		

Quadro 1: Critérios e indicadores para instalação de abrigos fixos e móveis. Fonte: elaborado pelos autores com base em informações da SEDEC / RJ (2006).

A *Sphere Association* (2018) aponta algumas outras questões que devem ser consideradas no estabelecimento de abrigos temporários: avaliar a possibilidade de expansão do abrigo, caso haja um aumento no número de desabrigados; possibilitar o controle de entrada e saída de pessoas e estar, ou poder ser, murado; verificar as condições de acesso ao local para pessoas e veículos e o estado de conservação das vias locais; dar preferência a abrigos com fácil acesso ao centro da cidade e aos serviços e subsistência; entre outros. Também é importante considerar aspectos relacionados com a acessibilidade universal, dando preferência para instalações térreas, com boa conexão entre os espaços de vivência, refeitório e dormitório, além de instalações para lavagem de roupa, chuveiros e banheiros acessíveis.

3. Procedimentos metodológicos

O método aplicado parte de pesquisa bibliográfica e documental, identificando conceitos referentes a refugiados e à provisão de abrigos temporários para cenários de emergência. Após, foram sintetizados os principais serviços e infraestrutura necessários para o funcionamento destes abrigos, com base no manual “Administração de Abrigos Temporários”, elaborado pela SEDEC / RJ (2006). A partir disso, foram identificadas as categorias de análise que orientaram o estudo de caso e posterior análise final.

Na sequência, foi feita uma breve contextualização da provisão de abrigos temporários para os refugiados venezuelanos no Estado de Roraima e foi apresentado o estudo de caso, realizado na cidade de Boa Vista - RR, entre os dias 22 e 29 de agosto de 2018, com o acompanhamento de um consultor da ONG USAID / OFDA - LAC. Para o desenvolvimento do estudo de caso foi necessária a autorização prévia do ACNUR e o acompanhamento de um responsável de uma ONG parceira do ACNUR para poder circular pelo abrigo. A coleta e o registro dos dados foram realizados através das técnicas de observação não-participante e mapeamento físico-espacial, sendo feitos registros fotográficos no local. Para isso, os

instrumentos utilizados foram um roteiro para diário de campo e outro para mapeamento físico-espacial, elaborados a partir da revisão e análise da literatura.

No estudo de caso foram avaliadas questões referentes à localização do abrigo na cidade de Boa Vista e suas características físico-espaciais e funcionais, englobando aspectos gerais do local, seu leiaute e principais serviços, instalações e infraestrutura.

4. Categorias de análise para o estudo de caso

A partir da análise do referencial teórico desta pesquisa, seguindo o processo metodológico, identificaram-se as categorias de análise que nortearam o estudo de caso, conforme apresentado no Quadro 2.

Categorias de análise	Aspectos das categorias para análise
Serviços e infraestrutura do abrigo	Abastecimento de água; saneamento básico; aspectos de biossegurança; administração das refeições; recepção e triagem; cuidados com saúde; atenção psicossocial; e espaço recreativo.
Características físico-espaciais do abrigo	Localização na cidade; acesso ao local; leiaute; principais instalações; alojamentos; acessibilidade universal; área para expansão; e segurança e proteção.
Indicadores mínimos	Área coberta por pessoa; área de cozinha e refeitório por pessoa; área do setor de triagem; quantidade de instalações sanitárias por pessoa; área de serviço; e área de espaço recreativo por criança.

Quadro 2: Categorias de análise. Fonte: elaborado pelos autores.

5. Aplicação e resultados: abrigos temporários em Roraima

No Estado de Roraima, em agosto de 2018, estavam em funcionamento oito abrigos temporários e dois abrigos transitórios. Destes, um localiza-se na cidade de Pacaraima e os outros na capital Boa Vista. Nesse período, Boa Vista estava com aproximadamente 5.000 pessoas abrigadas. Além destes locais, estava sendo finalizado o abrigo transitório Rondon II e em fase de limpeza do terreno e terraplanagem o abrigo temporário Rondon III, ambos próximos ao abrigo temporário Rondon I. O objetivo dos abrigos transitórios é servir de espaço de passagem, assistindo provisoriamente os venezuelanos, que passam por uma triagem, vacinação e cadastrado, e posteriormente são encaminhados para abrigos temporários ou são interiorizados.

De modo geral, os abrigos montados em Roraima podem ser categorizados em 2 tipos: abrigos em centros coletivos (ginásios ou galpões) e em acampamentos planejados. Com relação à gestão dos locais, em agosto de 2018, sete abrigos estavam sendo administrados por ONGs parceiras do ACNUR, dois estavam sob responsabilidade das Forças Armadas do Brasil e um, considerado abrigo particular, era gerido pela própria população abrigada, com apoio da ONG Fraternidade sem Fronteiras. Todos os abrigos estavam instalados em terrenos de órgãos públicos ou em espaços alugados. Na Figura 3 é possível observar a localização aproximada dos 10 abrigos nas cidades de Pacaraima e Boa Vista. Também estão sinalizados

os dois abrigos em construção e as praças Simón Bolívar e Capitão Clóvis, onde muitos imigrantes estiveram acampados enquanto aguardavam por vagas nos abrigos.

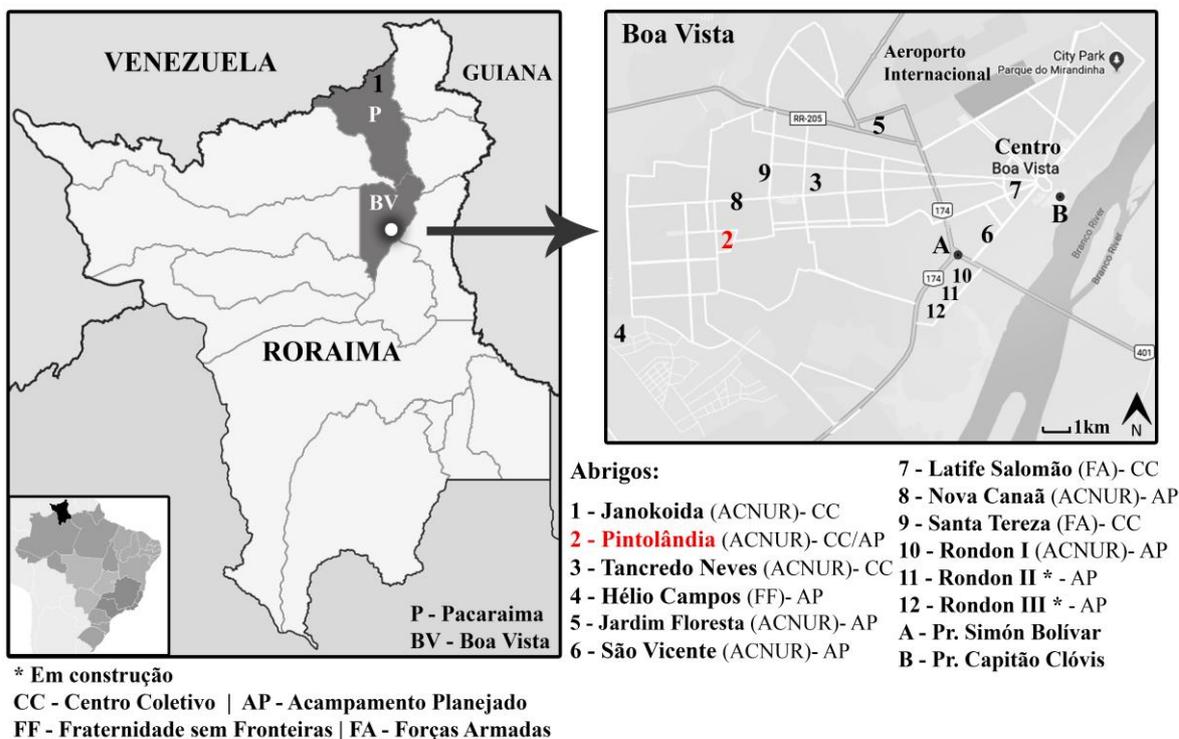


Figura 3: Localização dos abrigos e praças nas cidades de Pacaraima e Boa Vista – RR, com destaque para o abrigo temporário objeto deste estudo (Pintolândia). Fonte: elaborado pelos autores.

Na Figura 3 é possível observar que a maioria dos abrigos se localiza na cidade de Boa Vista, próximo ao centro da cidade, sendo o abrigo temporário Hélio Campos o mais distante, a aproximadamente 13 km do centro.

Para cada abrigo foi estabelecido um público alvo, sendo identificados 5 tipos de perfil: indígenas de etnia Warão e Eñepa (Pintolândia e Janokoida); famílias com crianças, idosos, mulheres grávidas e PNEs (Hélio Campos, Jardim Floresta, São Vicente, Nova Canaã e Rondon I); casais sem filhos, solteiros e LGBTI (Latife Salomão); casais sem filhos e homens solteiros (Tancredo Neves) e homens solteiros ou desacompanhados (Santa Tereza). Após a recepção e cadastro dos imigrantes, o ACNUR faz a confecção da carteirinha individual com foto, nome e um código de barras que os identifica. Esta carteirinha é utilizada para o controle de entrada e saída nos abrigos, para atendimento médico, dentre outras coisas.

A seguir é descrito o abrigo temporário Pintolândia, abordando aspectos relacionados com o acesso e organização físico-espacial, dentre outras características. Após apresenta-se um quadro síntese, conforme informações coletadas em agosto de 2018, com o leiaute em planta do local e a descrição de suas instalações, infraestrutura e alojamentos.

5.1 Estudo de caso: abrigo temporário Pintolândia, Boa Vista -RR

Localizado na rua Alípio Freire de Lima, nº 67-245, bairro Pintolândia, a 7 km do centro da cidade de Boa Vista, este abrigo temporário começou a funcionar no dia 27 de dezembro de 2016. O abrigo foi montado dentro de um ginásio poliesportivo e em seu terreno, podendo ser caracterizado como instalado parte em centro coletivo e parte em acampamento planejado. A sua capacidade inicial era de 448 pessoas. O espaço, mantido pelo Governo do Estado de Roraima em um terreno cujo proprietário é a Prefeitura de Boa Vista, fornece moradia, alimentação, serviços médicos e odontológicos e ações sociais voltadas para educação e recreação. O público alvo são venezuelanos indígenas de etnia Warão e Eñepa. Desde a ativação do local foram escolhidos líderes que representam os dois grupos de indígenas abrigados, pois entre eles existem culturas diferentes e conflitantes.

Segundo dados do ACNUR (2018), em agosto de 2018 o abrigo estava com uma população bastante superior à sua capacidade planejada, com um total de 754 residentes, sendo 400 do sexo masculino e 354 do sexo feminino. Além disso, apesar da predominância de pessoas entre 18 e 59 anos, haviam muitas crianças de 0 a 11 anos (302 crianças). Com relação aos grupos de maior vulnerabilidade no local, foram identificados nesse período 22 mulheres gestantes ou lactantes, 4 pessoas com situação médica grave e 7 pessoas com necessidades especiais. Os problemas de saúde mais comuns em adultos em agosto de 2018 eram a diarreia e gastroenterite e feridas infectadas; e nas crianças a sarna e a febre. Com relação ao perfil socioeconômico, foi identificado que 35% dos homens são trabalhadores agrícolas e 60% das mulheres são artesãs ou desenvolvem outros trabalhos manuais.

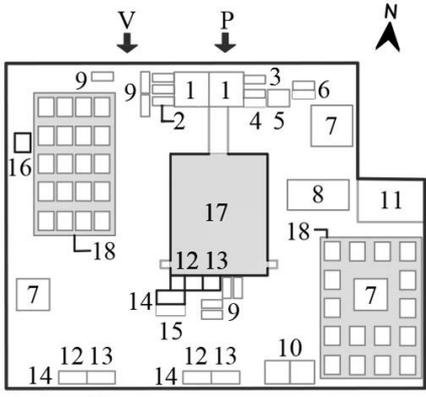
Para organizar a convivência no abrigo, os moradores devem seguir regras e ajudar na limpeza e manutenção do local. As regras e outras informações importantes estão afixadas próximo do acesso de pedestres em folhas A4 e banners, escritas em espanhol.

Nas Figuras 4a e 4b é possível visualizar o acesso ao local, que é feito por uma via pavimentada, de mão dupla, em boas condições de uso e dispõe de uma ciclovia.



Figura 4: a) Rua de acesso ao abrigo e b) Portão de acesso de pedestres. Fonte: Autores (2018).

No Quadro 3 podem ser observados o leiaute do abrigo temporário Pintolândia e a descrição de suas instalações, infraestrutura e alojamentos. Na Figura 5 apresenta-se uma vista aérea de agosto de 2018 e algumas imagens ilustrando os espaços, instalações e infraestrutura do local.

Leiaute do abrigo temporário	Instalações, infraestrutura e alojamentos
 <p>V: Acesso de veículos. P: Acesso de pedestres. IS*: Instalações Sanitárias.</p> <p>Área do terreno: ± 12.185 m². Área coberta (agosto de 2018): 3,1 m² por pessoa (ACNUR, 2018)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Recepção, triagem e área de espera: área aberta e coberta com duas tendas piramidais de 100 m² cada (total 200 m²). 2) Alojamento do Exército e escritórios de ONGs: em três contêineres de 20' (14,5 m² cada). 3) Escritório do Exército: em 1 contêiner de 20' (14,5 m²). 4) Unidade de saúde: em um contêiner de 20' (14,5 m²). 5) Área artesanato: em uma barraca de ± 25 m². 6) Espaço educacional: em um contêiner de 20' (14,5 m²). 7) Área comunitária: espaços abertos e cobertos por tendas piramidais distribuídas pelo terreno (± 100 m² cada). 8) Campo de futebol de areia: em área aberta (± 250 m²). 9) Depósitos: 7 contêineres de 20' (14,5 m² cada) distribuídos pelo abrigo (pertences dos residentes e materiais do Exército e ONGs). 10) Cozinha coletiva: espaço aberto, coberto por duas tendas piramidais e brita no piso (total 200 m²). 11) Horta comunitária: espaço delimitado por grade (± 200 m²). 12) IS* feminino: em edificações de alvenaria localizadas dentro e fora do ginásio. 6 vasos sanitários e 6 chuveiros. 13) IS* masculino: em edificações de alvenaria localizadas dentro e fora do ginásio. 6 vasos sanitários e 6 chuveiros. 14) Lavanderia: espaços abertos com tanques. 15) Área de distribuição: de alimentos e itens não alimentícios. 16) IS* administração (uso misto): em edificação de alvenaria. 17) Redário coletivo em ginásio: em estrutura metálica (± 1.250 m²). 18) Barracas da Defesa Civil na área externa: dimensões de 6,5 m por 4,5 m (29,25 m²) para ± 10 pessoas (2 famílias).

Quadro 3: Leiaute do abrigo, suas instalações e infraestrutura. Fonte: elaborado pelos autores.



Figura 5: Localização das instalações no abrigo temporário. Fonte: elaborado pelos autores.

No Quadro 4 elaborou-se uma síntese analítica dos resultados obtidos no estudo de caso, correlacionando-os com as categorias de análise estabelecidas no subtítulo 4 deste artigo.

Cat. de análise	Análises com base nos resultados do estudo de caso
Serviços e infraestrutura do abrigo	<ul style="list-style-type: none"> - Abastecimento de água e saneamento básico: realizados pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima e Forças Armadas. A remoção dos resíduos sólidos é feita 5 vezes por semana. Observou-se diversos problemas relacionados à higiene, principalmente dos BWCs devido à falta de cuidado dos residentes e ao número insuficiente de instalações sanitárias. - Administração das refeições: a preparação das refeições é feita pelos próprios indígenas em uma área coletiva coberta por tendas piramidais. A cocção dos alimentos é feita no chão (sobre a brita), com o uso de lenha coletada por eles. Alguns alimentos são coletados na horta comunitária instalada no abrigo, mas a maior parte deles são fornecidos pelas Forças Armadas. - Recepção e triagem: espaço coberto com duas tendas piramidais, localizado no acesso de pedestres, com diversas cadeiras, utilizado também como área de espera. - Cuidados com saúde e biossegurança: o atendimento médico é feito semanalmente por clínicos-gerais das Forças Armadas em um contêiner 20' instalado no abrigo e, em situações mais graves, os pacientes são encaminhados para hospitais. Observou-se que o local para atendimento de saúde é muito pequeno para a demanda. - Atenção psicossocial: durante a realização do estudo de caso não foram identificadas instalações e serviços voltados à atenção psicossocial neste abrigo temporário. - Espaço recreativo: o campo de futebol de areia é muito utilizado devido a presença de diversas crianças no abrigo. No entanto, falta um ambiente mais protegido para atividades não-esportivas e que possa ser utilizado também em condições climáticas adversas.
Características físico-espaciais do abrigo	<ul style="list-style-type: none"> - Localização na cidade: o abrigo está localizado a 7 km do centro da cidade, com fácil acesso a pé, de bicicleta ou com transporte público. - Acesso ao local: o acesso ao local é bem iluminado e é feito por uma via pavimentada, de mão dupla, em boas condições de uso, dispondo de uma ciclovia. - Leiaute: as instalações de recepção e triagem, administração e atendimento de saúde concentram-se próximo ao acesso de pedestres. Próximo ao acesso de veículos estão posicionados depósitos e as lixeiras, para facilitar a remoção dos resíduos sólidos. - Principais instalações: a maior parte das instalações (área de recepção e triagem, escritórios, alojamento das Forças Armadas, depósitos, espaços comunitários cobertos, unidade de saúde, espaço educacional, área de artesanato, área de cocção e de distribuição) são estruturas semipermanentes como contêineres ou tendas. Apenas as instalações sanitárias estão dispostas em edificações de alvenaria pré-existentes. - Alojamentos: dispostos em uma área de redário (dentro do ginásio) e barracas (área externa). O uso de redário como alojamento principal se deve a questões culturais. - Acessibilidade universal: apesar de existirem no local pessoas com necessidades especiais, não haviam instalações adaptadas. A brita colocada acima do solo para auxiliar na drenagem do local acaba sendo um empecilho na circulação de cadeirantes. - Área para expansão: inicialmente foi instalada uma área de redário no interior do ginásio para alojamento. Devido a necessidade de expansão do número de residentes foram adicionadas posteriormente barracas da defesa civil na área externa. - Segurança e proteção: o abrigo encontra-se cercado por muro e, para segurança, têm uma única entrada de pedestres, que é controlada 24 horas pelas Forças Armadas.
Indicadores mínimos	<ul style="list-style-type: none"> - Área coberta: 3,1 m² / pessoa - inferior ao indicado pela SEDEC / RJ de 4 m² / pessoa. Algumas barracas não respeitam a distância mínima de 3 m. - Área de cozinha e refeitório: a área de cocção possui 200 m², sendo bastante superior aos 45 m² indicados pela SEDEC / RJ. Não tem espaço delimitado de refeitório. - Área do setor de triagem: a área de recepção, triagem e espera é de 200 m², sendo bastante superior aos 25 m² indicados pela SEDEC / RJ. - Instalações sanitárias: 1 vaso sanitário e 1 chuveiro / 63 pessoas – muito inferior ao indicado pela SEDEC / RJ de 1 vaso sanitário / 20 pessoas e 1 chuveiro / 25 pessoas. - A.S.: 1 tanque / 189 pessoas – inferior ao indicado pela SEDEC / RJ de 1 tanque / 40 pessoas. - Espaço recreativo: 0,83 m² / criança - inferior ao 1,5 m² / criança indicado pela SEDEC / RJ.

Quadro 4: Síntese analítica dos resultados do estudo de caso. Fonte: elaborado pelos autores.

Com base no Quadro 4, é possível verificar que um dos maiores problemas do abrigo temporário Pintolândia, em agosto de 2018, estava relacionado com a sua superlotação. Foram adicionadas diversas barracas externas para alojar o número excedente de pessoas, cujo incremento não foi acompanhado por mais infraestrutura, principalmente de instalações sanitárias, área de serviço e locais para atendimento de saúde e atividades educacionais. Além disso, observou-se que o abrigo carece de áreas arborizadas que forneçam sombra, essenciais em locais de clima quente como Boa Vista, pois amenizam o calor e melhoram a qualidade do espaço. Verificou-se também a necessidade de alguns espaços que não estavam previstos nos documentos analisados na revisão de literatura, como uma área para bicicletário próxima do acesso principal e um espaço delimitado de fumódromo, distante dos alojamentos. Cabe destacar que, por questões de segurança, é importante que as instalações sanitárias sejam separadas para homens e mulheres, e que estejam em local iluminado e com boa visibilidade. Quanto à lavagem de roupas observou-se a importância de um espaço maior de lavanderia e de uma área grande para estender as roupas.

A categoria “Aspectos socioeconômicos e culturais”, emergiu deste estudo de caso como uma das mais importantes. Esta categoria está relacionada principalmente a algumas particularidades deste abrigo temporário, com relação aos outros abrigos montados na cidade de Boa Vista, sendo este o único cujo público alvo é a população indígena. Estas particularidades estão relacionadas principalmente com atividades cotidianas, referentes ao modo de comer, dormir e vestir. A população indígena não se adaptou às refeições em forma de marmita que o exército fornece diariamente aos outros abrigos, sendo necessária a delimitação de um espaço de cocção neste abrigo. Também se destaca a área de redário, que é característica do modo como os indígenas estão acostumados a dormir. Com relação ao “vestir”, observou-se que, principalmente as crianças, não fazem uso de sapato, o que configurou um problema devido a brita colocada sobre o chão do terreno. Outra particularidade está relacionada com os meios de subsistência, pois grande parte dos homens eram trabalhadores agrícolas e as mulheres artesãs. Isso justifica o fato de que apenas neste abrigo temporário foi instalada uma área para a produção e venda de artesanatos e um local para horta comunitária.

6. Considerações finais

O agravamento da crise na Venezuela, principalmente a partir de 2017, fez com que muitos venezuelanos buscassem refúgio no Brasil, principalmente na capital do Estado de Roraima, Boa Vista, que, em agosto de 2018, estava com aproximadamente 5.000 pessoas distribuídas nos diversos abrigos temporários instalados na cidade. A importância do estabelecimento destes locais em crises humanitárias ou cenários de emergência se justifica, pois estão diretamente relacionados com a sobrevivência humana, devendo proporcionar segurança às pessoas, proteção contra as adversidades climáticas, convívio em família e comunidade, bem como facilitar a distribuição de ajuda humanitária.

O estudo de caso apresentado neste artigo evidencia a complexidade que envolve a provisão de abrigos temporários, pois são espaços que estão em constante mutação, sendo muito importante um planejamento prévio do local. Para isso, devem-se considerar diversos fatores, como os serviços, instalações e infraestrutura do abrigo; suas características físico-

espaciais e funcionais; e alguns indicadores mínimos para seu funcionamento. Além disso, é importante considerar situações de superlotação, que são muito comuns em abrigos temporários, prevendo não apenas o fornecimento de mais espaços de alojamento, mas também a expansão da infraestrutura e das instalações de apoio existentes no local.

Por fim, destaca-se a necessidade de se considerarem os aspectos socioeconômicos e culturais no planejamento e projeto de abrigos temporários, considerando as especificidades da população abrigada. Além disso, atenta-se para a importância de se avaliarem possíveis adaptações e melhorias após a implantação dos abrigos, com base nos principais problemas identificados durante o funcionamento destes espaços.

Referências

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Perfil de abrigos (Roraima)**. 2018. Disponível em:

<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/reach_bra_factsheet_roraima_state_site_profiling_august_2018_portuguese_0.pdf> Acesso em: 10 jan. 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Agência da ONU para refugiados**. 2020. Disponível em: <<http://www.acnur.org/>> Acesso em: 10 jan. 2020.

SPHERE ASSOCIATION. **The Sphere Handbook: Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response**. 4. ed. Genebra, 2018. Disponível em: <<https://spherestandards.org/es/el-manual/editions/>> Acesso em: 10 jan. 2020.

CARBONARI, L. T.; LIBRELOTTO, L. I. Indicadores mínimos e infraestruturas de apoio para abrigos temporários fixos e móveis de caráter emergencial. In: V Encontro de Sustentabilidade em Projeto V ENSUS, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2017. v. 5. pp. 82–95.

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. **Refúgio em números**. 2018. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf> Acesso em: 10 jan. 2020.

CORSELLIS, T.; VITALE, A (Coords.). **Transitional settlement: displaced populations**. University of Cambridge: Oxfam. 2005. 239 p.

CORSELLIS, T.; VITALE, A (Coords.). **Transitional settlement and reconstruction after natural disasters**. Field ed. Geneva: Department for International Development, Shelter Centre and United Nations Office For The Coordination Of Humanitarian Affairs. 2008.

CORSELLIS, T.; VITALE, A (Coords.). **Shelter after disaster: Strategies for transitional settlement and reconstruction**. Geneva: Department for International Development, Shelter Centre and United Nations Office For The Coordination Of Humanitarian Affairs. 2010.

ESCRITÓRIO DE COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS HUMANITÁRIOS. **OCHA's 2019 in review**. 2019. Disponível em: <<https://unocha.exposure.co/ochas-2019-in-review>>. Acesso em: 15 jan. 2020.



GALL, M. Where to go? Strategic modelling of access to emergency shelters in Mozambique. **Disasters**, v. 28, n. 1, p. 82-97, 2004.

INTERNATIONAL RESCUE COMMITTEE. **International Rescue Committee Annual Report 2018**. 2019. Disponível em: <<https://www.rescue.org/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MENDONÇA, H. Com 40.000 venezuelanos em Roraima, Brasil acorda para sua 'crise de refugiados'. **El País**, São Paulo, 18 fev. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071_492585.html>; Acesso em: 10 jan. 2020.

QUARANTELLI, E.L. **Patterns of shelter and housing in US disasters**. Disaster Prevention and Management: An International Journal, Vol. 4. Issue: 3, pp.43-53, 1995.

SCHRAMM, Don; THOMPSON, Paul (Orgs.). **First International Emergency Settlement Conference: New approaches to new realities**. Wisconsin, Madison, U.S. University of Wisconsin. Disaster Management Center. Department of Engineering Professional Development. 1996. 508 p.

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL DO RIO DE JANEIRO. **Administração para Abrigos Temporários**. Rio de Janeiro: SEDEC/RJ, 2006. 244 p.

SENNE, L. L. B. de. Projeto APIS - Uma Experiência Construtiva em Arquitetura Humanitária. In: GUNTHER, W. M. R.; L. CICCOTTI; A. C. RODRIGUES. (Org.). **Desastres: Múltiplas Abordagens e Desafios**. 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017, v. 1, p. 259-278.

WORLD BANK. **Safer Homes, Stronger Communities: A Handbook for reconstructing after natural disasters**. Washington DC: The World Bank; GFDRR. 2010.